v7.n8.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

PERCEPÇÃO DO PROFESSOR DIANTE DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA

TEACHERS' PERCEPTIONS OF CHILD VICTIMS OF SEXUAL VIOLENCE

PERCEPCIÓN DEL DOCENTE ANTE NIÑOS VÍCTIMAS DE VIOLENCIA SEXUAL

Flávio Bezerra de Abreu[1]

e788878

https://doi.org/10.47820/recima21.v7i8.8878

PUBLICADO: 08/2026

RESUMO

A violência sexual infantil constitui uma violação de direitos que atravessa relações familiares, escolares e institucionais, exigindo atenção ao papel da escola na proteção de crianças. Diante disso, questiona-se: como a percepção e o preparo do professor influenciam a identificação e o encaminhamento de casos de violência sexual infantil no ambiente escolar? O objetivo geral foi compreender a percepção do professor diante de vítimas de violência sexual infantil, destacando seu papel na identificação dos sinais e no encaminhamento aos órgãos responsáveis. Adotou-se revisão narrativa da literatura, de natureza básica, abordagem qualitativa, objetivos descritivo e exploratório e procedimento bibliográfico, com buscas em SciELO, LILACS, Google Acadêmico, documentos oficiais, legislações e publicações institucionais. Foram incluídas produções dos últimos cinco anos, em português, gratuitas e relacionadas à temática, admitindo-se documentos normativos e obras metodológicas anteriores quando necessários. Excluíram-se publicações duplicadas, sem autoria identificada, sem acesso gratuito, em idioma estrangeiro ou sem relação com a percepção docente. A análise indicou que a violência sexual infantil pode ocorrer com ou sem contato físico e ser sustentada por medo, culpa, vínculo afetivo e silenciamento. O professor pode reconhecer alterações comportamentais, emocionais e escolares, mas não deve investigar isoladamente, cabendo-lhe acolher, registrar, comunicar a gestão e acionar a rede de proteção. Conclui-se que a formação e a sensibilidade docente são fundamentais para fortalecer o papel protetivo da escola e qualificar a identificação, o acolhimento e o encaminhamento institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual. Infância. Professor. Escola.

ABSTRACT

Child sexual violence constitutes a violation of rights that permeates family, school, and institutional relationships, requiring attention to the role of schools in protecting children. In this context, the following question arises: how do teachers' perceptions and preparedness influence the identification and referral of child sexual violence cases in the school environment? The general objective was to understand teachers' perceptions of child victims of sexual violence, highlighting their role in identifying signs and referring victims to the appropriate authorities. A narrative literature review was conducted as basic research with a qualitative approach, descriptive and exploratory objectives, and bibliographic procedures, including searches in SciELO, LILACS, Google Scholar, official documents, legislation, and institutional publications. Studies published in Portuguese within the last five years, freely available and related to the topic were included, while earlier normative documents and methodological works were accepted when necessary.

[1]Grupo Educacional IBRA, licenciatura em Filosofia.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Duplicate publications, works without identified authorship, unavailable free access, publications in foreign languages, or studies unrelated to teachers' perceptions were excluded. The analysis indicated that child sexual violence may occur with or without physical contact and may be sustained by fear, guilt, emotional bonds, and silence. Teachers may recognize behavioral, emotional, and academic changes but should not investigate cases independently; rather, they should provide support, document concerns, notify school management, and activate the protection network. It is concluded that teacher training and sensitivity are essential to strengthening the school's protective role and improving identification, support, and institutional referral.

KEYWORDS: *Sexual violence. Childhood. Teachers. School.*

RESUMEN

La violencia sexual infantil constituye una violación de derechos que exige atención al papel de la escuela en la protección de los niños. Ante ello, se plantea: ¿cómo influyen la percepción y la preparación del docente en la identificación y derivación de casos de violencia sexual infantil en el entorno escolar? El objetivo fue comprender la percepción del docente ante niños víctimas de violencia sexual, destacando su papel en la identificación de señales y en la derivación a los organismos responsables. Se realizó una revisión narrativa de la literatura, de naturaleza básica, con enfoque cualitativo y objetivos descriptivos y exploratorios. Las búsquedas se realizaron en SciELO, LILACS, Google Académico, documentos oficiales, legislación y publicaciones institucionales. Se incluyeron producciones gratuitas en portugués de los últimos cinco años relacionadas con la temática, además de documentos normativos y metodológicos anteriores cuando fueron necesarios. Se excluyeron publicaciones duplicadas, sin autoría identificada, sin acceso gratuito, en idiomas extranjeros o sin relación con la percepción docente. Los resultados indicaron que la violencia sexual infantil puede ocurrir con o sin contacto físico y mantenerse por el miedo, la culpa y el silencio. El docente puede reconocer cambios conductuales, emocionales y escolares, pero no debe investigar aisladamente; debe acoger, registrar, comunicar a la dirección y activar la red de protección. Se concluye que la formación y la sensibilidad docente son fundamentales para fortalecer la protección escolar y mejorar la identificación, acogida y derivación de las víctimas.

PALABRAS CLAVE*: Violencia sexual. Infancia. Docente. Escuela.*

INTRODUÇÃO

A violência sexual infantil constitui uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública, pois compromete o desenvolvimento físico, psicológico, emocional e social da criança e do adolescente. Trata-se de uma forma de violência que pode ocorrer em diferentes contextos, mas que frequentemente se manifesta em ambientes próximos à vítima, inclusive no âmbito familiar, o que dificulta a denúncia, favorece o silêncio e torna mais complexa a identificação do problema (Azevedo; Guerra, 2011).

Os impactos da violência sexual na infância podem se estender por toda a vida, afetando a autoestima, o desempenho escolar, as relações interpessoais e a saúde mental da vítima. Além das marcas físicas, muitas crianças apresentam mudanças de comportamento, medo,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

isolamento, agressividade, queda no rendimento escolar, dificuldades de concentração e alterações emocionais que podem ser percebidas no cotidiano escolar. Por isso, a identificação precoce dos sinais é essencial para que a vítima seja protegida e receba o acompanhamento adequado.

Nesse contexto, a escola assume papel fundamental na rede de proteção da criança, uma vez que é um dos principais espaços de convivência, socialização e observação do desenvolvimento infantil. O ambiente escolar permite que professores e demais profissionais acompanhem a rotina dos alunos, percebendo mudanças de comportamento, sinais de sofrimento e possíveis indícios de violação de direitos. Dessa forma, a escola não deve ser compreendida apenas como espaço de aprendizagem formal, mas também como ambiente de cuidado, escuta e proteção (Habigzang; Koller, 2012).

O professor, por manter contato direto e contínuo com os alunos, ocupa uma posição estratégica na identificação de possíveis vítimas de violência sexual. Entretanto, sua atuação não deve se confundir com investigação individual do caso, pois essa responsabilidade compete aos órgãos especializados. Cabe ao docente observar sinais, acolher a criança com cuidado, comunicar a equipe pedagógica e contribuir para que os encaminhamentos institucionais sejam realizados de forma adequada, preservando a segurança e a integridade da vítima (Furniss, 1993).

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de ampliar o debate sobre a percepção e o preparo dos professores diante de situações de violência sexual infantil. Embora muitos educadores reconheçam a gravidade do problema, ainda existem lacunas na formação docente quanto à identificação dos sinais, aos limites da intervenção escolar e aos procedimentos corretos de encaminhamento. Essa ausência de preparo pode gerar insegurança, omissão ou abordagens inadequadas, dificultando a proteção da criança e a atuação articulada da escola com a rede de proteção.

A relevância social do estudo também se evidencia diante da necessidade de fortalecer práticas escolares voltadas à prevenção, ao acolhimento e à proteção da infância. A violência sexual infantil não se restringe ao campo familiar, jurídico ou policial, pois também atravessa o cotidiano educacional, especialmente quando a criança manifesta no ambiente escolar sinais de sofrimento que não consegue verbalizar de forma direta. Nesse sentido, discutir o papel do professor contribui para a construção de uma escola mais sensível, preparada e comprometida com a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Diante disso, a presente pesquisa busca responder ao seguinte problema: como a percepção e o preparo do professor influenciam a identificação e o encaminhamento de casos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

de violência sexual infantil no ambiente escolar? O objetivo geral é compreender a percepção do professor diante de vítimas de violência sexual infantil, destacando seu papel na identificação dos sinais e no encaminhamento das vítimas aos órgãos responsáveis. Como objetivos específicos, busca-se: caracterizar a violência sexual infantil; identificar os tipos de violência sexual; avaliar o papel da escola na proteção da criança vítima de violência sexual; e analisar a importância do professor na identificação da violência.

METODOLOGIA

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivos exploratórios e descritivos, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de livros, artigos científicos, documentos oficiais, legislações e publicações acadêmicas relacionadas à violência sexual infantil, à atuação da escola, à formação docente, ao acolhimento e ao encaminhamento institucional de possíveis vítimas (Marconi; Lakatos, 2017; Moura; Barbosa; Rocha, 2026).

Foram consultadas bases e repositórios como SciELO, LILACS e Google Acadêmico, além de documentos oficiais e legislações brasileiras voltadas à proteção da criança e do adolescente. A análise ocorreu de forma qualitativa, com organização dos conteúdos em eixos relacionados à caracterização da violência sexual infantil, aos tipos de violência sexual, ao papel da escola na rede de proteção e à atuação do professor na identificação e no encaminhamento dos casos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise dos estudos demonstrou que a violência sexual infantil é um problema recorrente e muitas vezes se manifesta dentro do ambiente familiar, dificultando a denúncia. Nesse contexto, a escola torna-se um local importante para a identificação dos sinais de violência. Por ser um ambiente em que a criança permanece grande parte do tempo, os profissionais da educação possuem maiores possibilidades de perceber alterações emocionais, comportamentais e sociais que podem indicar situações de abuso ou exploração sexual.

Os professores conseguem identificar mudanças no comportamento das crianças, como isolamento, medo, agressividade, tristeza, queda no rendimento escolar e dificuldade de concentração. Além desses aspectos, podem ser observados sinais como faltas frequentes, alterações repentinas de humor, baixa autoestima e dificuldades de interação social. Esses sinais devem ser observados com atenção, pois podem indicar situações de violência. Entretanto, é

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

importante destacar que tais manifestações não confirmam isoladamente a ocorrência do abuso, sendo necessário que a escola siga os protocolos adequados de proteção à criança (Brasil, 2010).

O professor não deve investigar o caso, mas deve acolher a criança, ouvir com atenção e comunicar à equipe gestora da escola. O acolhimento deve ocorrer de forma ética, respeitosa e sem julgamentos, proporcionando segurança à vítima. Posteriormente, a escola deve encaminhar o caso ao Conselho Tutelar, órgão responsável pela garantia dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto no ECA (Brasil, 1990). Nota-se que, em situações mais graves, pode ser necessária também a atuação de profissionais da saúde, assistência social e Ministério Público.

A atuação conjunta entre escola, família, Conselho Tutelar e profissional da saúde é fundamental para garantir a proteção da criança vítima de violência sexual. O trabalho integrado entre esses setores contribui para o atendimento adequado da vítima, favorecendo não apenas a interrupção da violência, mas também o acompanhamento psicológico, social e pedagógico necessário para minimizar os impactos causados pelo abuso (Brasil, 2018). Dessa forma, a rede de proteção exerce papel essencial na promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos refere-se à necessidade de capacitação dos profissionais da educação para lidar com situações de violência sexual infantil. Muitos professores relatam insegurança e falta de preparo para reconhecer os sinais e realizar os encaminhamentos corretos. Nesse sentido, a formação continuada é indispensável para que os educadores estejam aptos a identificar possíveis casos de violência e agir conforme os procedimentos legais e institucionais estabelecidos.

O aumento de 662,5% nas notificações de violência sexual infantil em Santa Catarina, entre 2009 e 2019, não deve ser interpretado apenas como uma expansão numérica do problema. Esse crescimento também revela que uma violência historicamente silenciada passou a atravessar sistemas institucionais de registro e vigilância, ganhando maior visibilidade pública. No entanto, esse avanço informacional não se converte automaticamente em proteção. Quando a ampliação dos registros não encontra professores preparados para reconhecer sinais, acolher suspeitas e encaminhar situações de risco, a escola permanece em uma posição contraditória: convive diariamente com a criança, mas nem sempre consegue transformar essa proximidade cotidiana em intervenção efetiva (Platt *et al.*, 2022).

Essa contradição se torna ainda mais evidente quando se observa a qualidade dos próprios registros. A consistência excelente em 90,0% das notificações, a completitude entre excelente e boa em 92,3% e a ausência de duplicidades indicam que o sistema de vigilância

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

pode produzir informação organizada sobre a violência. Contudo, esses dados também deslocam o debate para o campo educacional, pois a denúncia depende de adultos capazes de perceber a violação antes que ela chegue ao serviço de saúde. Assim, quando o professor não recebe formação suficiente para identificar sinais e agir com segurança, parte da subnotificação permanece localizada dentro da escola, fazendo do silêncio uma falha institucional compartilhada (Platt *et al.*, 2022).

A gravidade desse silêncio aparece de forma concreta nos 18.681 registros mencionados no levantamento de 2021, em que quase 60% das vítimas tinham entre 10 e 17 anos, cerca de 74% eram meninas, 8.494 casos envolviam vítima e suspeito morando na mesma residência, 3.330 ocorreram na casa da vítima e 3.098 na casa do suspeito. Esses números demonstram que a denúncia nasce, muitas vezes, em um cenário de convivência doméstica, dependência afetiva e proximidade com o agressor. Por isso, a escola representa um espaço público capaz de disputar o silêncio produzido no ambiente privado, desde que seus profissionais estejam preparados para reconhecer manifestações que a criança nem sempre consegue verbalizar diretamente (Guia, 2023).

Nesse contexto, quando as medidas escolares são descritas como tímidas diante das dificuldades de professores e gestores, o aumento das denúncias assume significado sociopolítico mais amplo. O Estado reconhece a violência nos registros, mas não garante, na mesma proporção, que a escola tenha condições formativas para enfrentá-la. A falta de formação continuada transforma o professor em um agente cobrado pela proteção, embora nem sempre receba suporte correspondente para agir. Com isso, a prevenção escolar deixa de ser apenas uma prática pedagógica e passa a expressar a desigualdade entre o dever institucional atribuído à escola e as condições concretas oferecidas aos profissionais que atuam nela (Guia, 2023).

Essa tensão também se confirma diante dos 83.988 estupros de vulnerável registrados em 2023, com 61,6% das vítimas até 13 anos, aumento de 6,5% em relação ao ano anterior e aproximadamente 7 estupros de crianças e adolescentes por hora. Esses números exigem uma leitura que ultrapasse o alarmismo estatístico, pois revelam que a infância permanece exposta a uma violência que atravessa a rotina familiar e se sustenta em relações de proximidade. O fato de 64% dos agressores de vítimas até 13 anos serem familiares reforça que a casa, muitas vezes idealizada como espaço natural de proteção, pode também funcionar como lugar de ameaça e silenciamento (Santos, 2025).

É justamente por isso que o contraste entre conhecimento conceitual e insegurança prática dos educadores precisa ser tratado como questão educacional e política. Embora 93,6% dos educadores afirmem compreender o conceito de violência sexual, 54,3% não se sentem

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

preparados para lidar com a temática. Essa diferença mostra que saber definir o problema não significa conseguir agir diante dele, sobretudo quando estão envolvidos medo, pressão familiar, dúvida jurídica e fragilidade emocional. Politicamente, esse dado demonstra que a escola é chamada a integrar a rede de proteção, mas ainda opera sem suporte institucional suficiente para sustentar, de maneira segura, a responsabilidade que lhe é atribuída (Santos, 2025).

A dificuldade de atuação docente não se limita ao momento da denúncia formal. Ela também aparece na necessidade de diferenciar curiosidade corporal, desenvolvimento infantil e sinais de violação. A discussão sobre sexualidade infantil permite compreender que a criança, ao ingressar cada vez mais cedo em creches e escolas, passa a manifestar dúvidas, gestos e descobertas corporais no espaço educativo. Sem formação específica, o professor pode responder a essas manifestações com repressão, constrangimento ou omissão, justamente onde deveria haver orientação segura. Assim, o despreparo docente compromete tanto a prevenção quanto a capacidade de distinguir experiências próprias do desenvolvimento de situações marcadas por invasão, coerção ou ausência de privacidade (Silva; Martins, 2024).

Por esse motivo, o debate sobre o aumento das denúncias precisa ser articulado à educação sexual como prática protetiva, e não como tema acessório ou secundário. As intervenções informativas e não repressivas, o uso de recursos didáticos adequados à faixa etária e a abordagem lúdica sobre privacidade, corpo e prevenção de abusos ajudam a construir uma linguagem acessível para a criança reconhecer limites corporais. Isso significa que a formação docente não deve se restringir aos procedimentos adotados após a suspeita. Ela precisa criar condições pedagógicas para que a criança compreenda situações de risco, nomeie desconfortos e encontre na escola um espaço possível de escuta e proteção (Silva; Martins, 2024).

A dimensão oculta do problema se torna ainda mais grave quando se confronta o dado de aproximadamente 32 mil denúncias de violência sexual contra crianças em 2018 com a estimativa de que apenas 1 em cada 20 casos é denunciado. Esse confronto desloca a interpretação dos números, pois a gravidade não está apenas no que aparece nos registros, mas também naquilo que permanece fora deles. Se mais de 600 mil casos não vieram a público em 2018, a escola assume lugar decisivo para reduzir a distância entre ocorrência e denúncia, especialmente porque acompanha a criança de forma contínua e pode perceber alterações que a família, por medo ou cumplicidade, não revela (Cunha *et al.*, 2023).

Nesse cenário, o despreparo docente possui peso sociopolítico porque os dados apontam a força da violência intrafamiliar. Em 2019, 72,3% dos casos denunciados ocorreram dentro da casa da vítima ou do agressor; em 2021, foram registrados 35.735 estupros de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

menores de até 13 anos e 46.076 casos até 17 anos. Esses números mostram que a casa nem sempre protege e que a denúncia, quando depende apenas da vítima ou do ambiente familiar, encontra barreiras muito fortes. Se a formação inicial docente não inclui essa temática, a escola deixa de cumprir parte de sua função pública diante de uma violência sustentada pelo segredo familiar (Cunha *et al.*, 2023).

A mesma lógica se observa nos 38.899 casos de violências contra crianças notificados em 2022, dado que impede a escola de tratar a violência como ocorrência externa ao processo educativo. O fato de a residência concentrar 88,3% das ocorrências desloca para o espaço escolar a responsabilidade de ser um dos poucos ambientes públicos em que a criança pode ser observada fora da dinâmica familiar. Assim, o despreparo docente adquire sentido sociopolítico porque fragiliza a passagem entre a vivência privada da violação e a proteção pública. Quando a escola não reconhece sinais ou não sabe encaminhar suspeitas, a violência tende a permanecer confinada ao espaço em que foi produzida (Malta *et al.*, 2025).

A vulnerabilidade da primeira infância reforça ainda mais essa exigência de formação. Crianças de 2 a 5 anos aparecem associadas à violência sexual praticada por conhecidos, na residência, enquanto meninas compõem o grupo mais frequente entre 0 e 1 ano, 2 a 5 anos e 6 a 9 anos. Esses dados mostram que a escola precisa desenvolver um olhar capacitado antes mesmo que a vítima consiga verbalizar de forma direta aquilo que sofreu. Quando o professor não recebe formação para compreender sinais, limites corporais e formas infantis de expressão, a instituição escolar pode manter invisível uma violência que atinge crianças pequenas, dependentes de adultos e com pouca possibilidade de denúncia autônoma (Malta *et al.*, 2025).

A ampliação das notificações de violência física, sexual, psicológica e negligência contra crianças entre 2011 e 2019 também precisa ser lida para além da melhora nos sistemas de registro. Foram analisadas 87.141 notificações de violência sexual, ao lado de 88.820 de violência física, 52.359 de violência psicológica e 166.664 de negligência. Esses números revelam maior reconhecimento institucional das violações, mas não garantem, por si mesmos, proteção. A produção de dados depende de profissionais capazes de detectar, comunicar e articular respostas no cotidiano escolar. Sem essa mediação, o crescimento das notificações pode indicar visibilidade estatística, mas ainda não assegurar acolhimento efetivo à criança (Sartori *et al.*, 2023).

A maior taxa registrada para negligência em 2019, com 95,24 notificações por 100 mil crianças, também ajuda a compreender a violência sexual dentro de um conjunto mais amplo de violações que atingem dignidade, saúde e desenvolvimento. A criança pode chegar à escola carregando múltiplas marcas, nem sempre separáveis entre si, e o professor precisa ser capaz

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

de perceber que queda no rendimento, retraimento, agressividade, medo ou excesso de permanência na escola podem expressar sofrimentos distintos. O despreparo docente limita essa leitura articulada e reduz a capacidade de diferenciar conflito escolar, sofrimento infantil e violação de direitos (Sartori *et al.*, 2023).

A compreensão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos marca uma mudança histórica que exige corresponsabilidade entre família, Estado e sociedade. A partir dessa perspectiva, cada denúncia não expressa somente um caso individual, mas também a passagem de uma infância antes tratada como objeto de intervenção para uma infância reconhecida como titular de proteção integral. No entanto, esse avanço jurídico permanece incompleto quando a escola não prepara seus profissionais para agir diante da violência. A proteção integral não se realiza apenas na existência de normas ou registros; ela depende de práticas institucionais capazes de reconhecer, acolher e encaminhar a criança em situação de violação (Behrens *et al.*, 2022).

Nessa direção, o debate sobre meninas negras desloca a denúncia para um campo sociopolítico em que a violência não pode ser explicada apenas pela ação isolada do agressor. Ao questionar como raça e cor aparecem nas produções acadêmicas e na psicologia, evidencia-se que a própria ciência pode deixar vazios sobre a experiência das vítimas. Na escola, esse vazio repercute quando professores não são formados para identificar desigualdades raciais e de gênero na escuta, no acolhimento e no encaminhamento. Desse modo, a formação docente precisa incorporar também uma leitura crítica das hierarquias sociais que atravessam a infância e condicionam a credibilidade atribuída às vítimas (Machado; Francisco, 2023).

Apesar dessas fragilidades, a revisão sobre prevenção mostra que a escola possui potencial concreto para detecção e intervenção, desde que essa atuação seja estruturada. Entre 19 intervenções analisadas, 6 produziram melhora do conhecimento e 11 se relacionaram à redução da violência sexual. Esses números indicam que a escola pode atuar antes da denúncia formal, ampliando repertórios de reconhecimento, proteção e busca por ajuda. Contudo, sem formação docente, a intervenção pedagógica se enfraquece e perde parte de sua força preventiva. O problema, portanto, não está na impossibilidade de a escola agir, mas na insuficiência das condições oferecidas para que essa ação seja contínua, segura e efetiva (Cruz *et al.*, 2023).

O alcance social da escola reforça essa responsabilidade. A frequência escolar de 99,7% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e de 92,2% dos adolescentes entre 15 e 17 anos mostra que a instituição escolar mantém contato com um número de crianças e adolescentes maior do que muitos serviços acionados somente após a violência. Por isso, o despreparo

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

docente possui significado educacional específico: ele compromete um espaço quase universal de observação, convivência e escuta. Justamente onde informações negligenciadas pela família poderiam circular, a ausência de formação pode impedir que sinais sejam reconhecidos e que a rede de proteção seja acionada (Cruz *et al.*, 2023).

Os dados da pandemia tornam esse papel ainda mais evidente, pois o afastamento das escolas aumentou a vulnerabilidade das vítimas ao distanciá-las de agentes de sua rede de apoio. Entre vítimas de 0 a 9 anos, meninas representaram 77%; entre 10 e 19 anos, o sexo feminino correspondeu a 91%; no total, 86,9% das vítimas de abuso sexual infantil eram meninas. Esses índices indicam que a presença escolar pode funcionar como barreira contra o isolamento que protege o agressor, especialmente quando a violência se organiza em relações de controle, dependência e silêncio. A ausência da escola, nesse contexto, não significou apenas interrupção pedagógica, mas também redução de possibilidades de proteção (Pantoja *et al.*, 2022).

Por conseguinte, o fato de 85,2% dos autores serem conhecidos das vítimas e 96,3% serem homens reforça que o problema não se resolve apenas com aumento de denúncias ou produção de estatísticas. A violência ocorre em relações de proximidade, confiança e livre acesso às crianças, o que exige adultos externos ao lar preparados para reconhecer sinais e acolher revelações. Quando a escola não possui docentes formados para esse papel, a denúncia permanece dependente de uma vítima colocada em posição de medo, culpa e isolamento. Assim, a formação docente deixa de ser uma demanda complementar e passa a constituir condição indispensável para que a escola participe, de fato, da proteção pública da infância (Pantoja *et al.*, 2022).

A criança que chega à sala de aula não deixa seus sofrimentos do lado de fora; ela os leva no corpo, no comportamento, no rendimento, nas brincadeiras, nos desenhos, nas ausências e nas formas de se relacionar. Por isso, o professor precisa compreender que sua intervenção começa antes da denúncia formal, no modo como observa a criança, interpreta mudanças e se recusa a reduzir sinais de sofrimento a “falta de interesse”, “indisciplina” ou “problema familiar”. Essa mudança de olhar é decisiva, porque a violência sexual infantil muitas vezes não chega à escola como relato direto, mas como alteração silenciosa na presença da criança.

Nesse processo, o professor pode intervir ao construir uma rotina pedagógica baseada em vínculo, confiança e atenção contínua. Isso significa observar não apenas sinais evidentes, como tristeza, agressividade, isolamento, medo, queda no rendimento ou faltas frequentes, mas também manifestações menos previsíveis, como permanência excessiva na escola, melhora

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

repentina do desempenho, medo de voltar para casa, apego incomum a determinados adultos, regressões comportamentais, brincadeiras sexualizadas ou falas fragmentadas.

A intervenção docente, nesse caso, não está em diagnosticar o abuso, mas em reconhecer que determinadas mudanças merecem atenção, registro e encaminhamento. O professor precisa abandonar a expectativa de que a criança sempre contará a violência de modo claro e organizado, pois muitas vítimas não possuem vocabulário, segurança emocional ou maturidade para nomear o que sofreram. Assim, desenhos, brincadeiras, silêncios, reações corporais e comentários aparentemente soltos podem funcionar como pedidos indiretos de ajuda.

Entretanto, essa atenção precisa ser acompanhada de responsabilidade ética. O professor não deve investigar, pressionar, fazer perguntas sugestivas, expor a criança diante da turma, confrontar a família de imediato ou tentar resolver o caso sozinho. Sua intervenção deve seguir uma sequência cuidadosa: acolher a criança sem julgamento, escutar o que ela espontaneamente conseguir dizer, afirmar que ela não tem culpa, preservar sua privacidade, registrar os sinais ou relatos de forma objetiva, comunicar a equipe gestora e garantir o acionamento do Conselho Tutelar e dos demais órgãos competentes.

Recursos lúdicos, histórias, rodas de conversa, dramatizações, desenhos e materiais sobre toques permitidos e não permitidos ajudam a transformar temas complexos em linguagem acessível à infância. Contudo, essa prevenção precisa ser criticamente orientada para não deslocar a responsabilidade para a criança. Ensinar que ela pode dizer “não” e pedir ajuda é importante, mas não se pode esquecer que, diante de um agressor adulto, familiar ou alguém em posição de autoridade, a criança pode não conseguir resistir, fugir ou denunciar.

Quando toda curiosidade sobre o corpo é tratada como problema, a criança aprende a associar sexualidade, corpo e pergunta à vergonha, o que dificulta a comunicação de situações abusivas. Por outro lado, quando comportamentos invasivos, sexualizados, coercitivos ou incompatíveis com a idade são normalizados, a escola perde a chance de identificar uma violência. Intervir criticamente significa ter formação para ler contexto, idade, recorrência, intensidade, relações de poder e presença de constrangimento.

O professor não precisa produzir conclusões definitivas, mas deve reconhecer quando determinada manifestação ultrapassa o campo da curiosidade infantil e exige acompanhamento institucional. Sem essa formação, a escola pode punir a criança que precisa de orientação ou ignorar a criança que precisa de proteção. A dimensão sociopolítica dessa discussão aparece com força quando se observa que muitos professores conhecem o conceito de violência sexual, mas não se sentem preparados para agir.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Essa distância entre saber nomear o problema e saber enfrentá-lo revela uma falha estrutural da formação docente e da própria rede de proteção. A escola é convocada a identificar sinais, acolher vítimas e encaminhar suspeitas, mas nem sempre recebe protocolos claros, apoio da gestão, formação continuada, suporte emocional e articulação efetiva com Conselho Tutelar, saúde, assistência social e Ministério Público. Isso coloca o professor em uma posição contraditória: ele é responsabilizado pela proteção, mas frequentemente atua sem segurança institucional suficiente.

Quando os estudos apontam maior incidência entre meninas e alertam para a vulnerabilidade de meninas negras, a escola precisa questionar quais crianças são ouvidas com mais credibilidade e quais têm seus sinais mais facilmente desqualificados. Uma intervenção realmente crítica não pode tratar todas as vítimas como se ocupassem a mesma posição social diante da proteção. Há crianças que, por sua raça, gênero, condição econômica, deficiência ou histórico familiar, podem ser mais silenciadas, mais culpabilizadas ou menos acolhidas.

O professor, nesse sentido, precisa vigiar também seus próprios julgamentos, evitando interpretar determinados comportamentos a partir de estereótipos. Proteger exige escutar sem preconceito, observar sem criminalizar a criança e encaminhar sem hierarquizar a dor das vítimas; por fim, a escola só cumpre seu papel protetivo quando transforma a presença cotidiana da criança em uma possibilidade real de cuidado. O professor pode intervir ao observar, acolher, registrar, encaminhar, trabalhar preventivamente o tema, construir vínculos de confiança e acompanhar a criança após a denúncia, sem abandoná-la ao circuito burocrático dos órgãos responsáveis.

No entanto, essa intervenção precisa ser entendida como parte de uma responsabilidade coletiva. A denúncia não encerra o papel da escola; ela abre uma etapa de acompanhamento pedagógico, emocional e social, pois a criança continua frequentando a sala de aula e carregando os efeitos da violência. Assim, a atuação docente não deve ser vista como gesto heroico isolado, mas como prática ética e institucional de defesa da infância. Enquanto a escola não formar seus profissionais para reconhecer sinais complexos, agir sem improviso e enfrentar o silêncio familiar e institucional, continuará existindo uma distância cruel entre o discurso da proteção integral e a realidade de crianças que convivem diariamente com adultos, mas ainda não são plenamente vistas, ouvidas e protegidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta de pesquisa, “como a percepção e o preparo do professor influenciam a identificação e o encaminhamento de casos de violência sexual infantil no ambiente escolar?”,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

permitiu constatar que a atuação docente interfere diretamente na possibilidade de a violência ser percebida, acolhida e encaminhada. A presença cotidiana do professor junto à criança não garante, por si só, proteção. Essa presença só se converte em cuidado quando é acompanhada de formação, escuta, atenção aos sinais e compreensão dos limites éticos da intervenção escolar. Assim, a eficácia da identificação não depende apenas de perceber mudanças no comportamento infantil, mas de compreender que essas mudanças podem expressar sofrimento, medo, silenciamento e violação.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que a violência sexual infantil não pode ser compreendida apenas como ocorrência individual ou familiar. Ela revela fragilidades que atravessam a escola, a família, os serviços de proteção e a própria forma como a sociedade escuta crianças. Quando a vítima convive com o agressor ou depende emocionalmente dele, o silêncio deixa de ser simples ausência de fala e passa a expressar medo, confusão, culpa e desamparo. Nesse cenário, a escola ocupa lugar decisivo, porque pode ser o primeiro espaço em que a criança encontra um adulto fora do núcleo familiar capaz de perceber que algo em sua rotina, em seus vínculos ou em sua expressão corporal foi rompido.

Dessa forma, a conclusão não se limita a afirmar que o professor deve identificar sinais de violência. O ponto central está em reconhecer que a percepção docente precisa ser construída como competência formativa, ética e institucional. O professor não deve investigar, interrogar ou substituir os órgãos competentes, mas também não pode se omitir diante de indícios. Sua responsabilidade está em acolher sem expor, escutar sem conduzir, registrar sem julgar e encaminhar sem romper a proteção da criança. Essa postura exige uma escola organizada, com fluxos definidos, apoio da gestão e articulação com a rede de proteção, para que a ação docente não dependa apenas da iniciativa individual.

As implicações práticas desse estudo para a formação de novos professores são diretas. A formação docente precisa incluir, de modo estruturado, o debate sobre violência sexual infantil, desenvolvimento da criança, educação sexual, escuta qualificada, sinais de sofrimento e encaminhamento institucional. Não basta preparar o futuro professor para ensinar conteúdos escolares se ele não souber reconhecer quando a aprendizagem está atravessada pelo medo, pela coerção ou pela violação. A sala de aula não é um espaço separado da vida da criança; nela aparecem marcas emocionais, comportamentais e relacionais que podem indicar situações que ultrapassam o campo pedagógico, mas que exigem resposta da escola.

Também se compreende que a prevenção não pode ser reduzida a campanhas ocasionais ou ações isoladas. Ela precisa fazer parte de uma cultura escolar que ensine limites corporais, respeito, privacidade, confiança e busca por ajuda, sempre com linguagem adequada

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

à infância. Contudo, essa abordagem não deve transferir para a criança a obrigação de se proteger sozinha. O sentido educativo da prevenção está em ampliar suas possibilidades de compreender desconfortos e pedir ajuda, enquanto reafirma que a responsabilidade pela proteção permanece com os adultos, com a escola e com a rede institucional.

Por isso, a sensibilidade docente aparece como uma dimensão central das considerações finais. Ela não corresponde a sentimentalismo, nem a uma percepção improvisada baseada apenas na intuição. Trata-se de uma forma de presença pedagógica capaz de perceber o que não foi dito, de acolher o que aparece fragmentado e de reconhecer que o comportamento infantil pode ser uma linguagem de sofrimento. Um professor sensível não transforma a criança em suspeita, não reduz sua dor a problema disciplinar e não exige dela uma narrativa pronta para só então acreditar que algo precisa ser observado.

Conclui-se, portanto, que a proteção da infância passa por leis, protocolos e redes de atendimento, mas encontra na sensibilidade docente uma barreira concreta contra a continuidade da violência. Quando o professor está preparado para perceber, acolher e encaminhar, a escola deixa de ser apenas lugar de passagem e se torna espaço de interrupção do silêncio. A criança violentada não precisa de adultos que apenas ensinem conteúdos enquanto ignoram seus sinais; precisa de adultos capazes de reconhecer que, em determinadas situações, olhar com responsabilidade pode ser a diferença entre a permanência do abuso e o início da proteção.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. **Infância e violência doméstica**. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRENS, P. A. C. *et al.* Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma violação de direitos humanos. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, p. 1-14, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/28730. Acesso em: 27 maio 2026.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf. Acesso em: 27 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990, p. 13563. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 27 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**: identificação e encaminhamento. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

CRUZ, N. L. *et al.* Prevenção da violência sexual na adolescência: uma revisão de escopo. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 34, p. 1119-1119, 2023. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/1119. Acesso em: 27 maio 2026.

CUNHA, G. C. F. *et al.* Violência Sexual Infantil: a importância de incluir temas sociais na formação inicial docente. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 1, p. 1-17, 2023. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/38430. Acesso em: 27 maio 2026.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 1993.

GUIA, J. C. S. A prevenção a violência sexual infantil nas escolas. **Eventos Pedagógicos**, v. 14, n. 3, p. 551-560, 2023. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/11975. Acesso em: 27 maio 2026.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H. **Violência contra crianças e adolescentes**: teoria, pesquisa e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012.

MACHADO, L. P. S. A.; FRANCISCO, A. L. Violência sexual infantil: o que racismo e machismo têm a ver com isso? **Revista Subjetividades**, v. 23, n. 3, p. 1-14, 2023. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/12667. Acesso em: 27 maio 2026.

MALTA, D. C. *et al.* Fatores associados à notificação de violência na infância no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, p. 1-11, 2025. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csc/v30n2/1413-8123-csc-30-02-e00572024.pdf. Acesso em: 27 maio 2026.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MOURA, G. C.; BARBOSA, C. R. A. C.; ROCHA, D. L. C. Revisão narrativa da literatura: guia metodológico com etapas, critérios de qualidade e aplicação. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, Jundiaí, SP, v. 7, n. 7, p. e778566, 2026. DOI: 10.47820/recima21.v7i7.8566. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/article/view/8566. Acesso em: 8 jul. 2026.

PANTOJA, J. C. *et al.* Agravamento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia de COVID-19 no Brasil: uma revisão sistemática de literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, p. 1-9, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/36316. Acesso em: 27 maio 2026.

PLATT, V. B. *et al.* Completitude, consistência e não duplicidade dos registros de violência sexual infantil no Sistema de Informação de Agravos de Notificação em Santa Catarina, 2009-2019. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 31, n. 2, p. 1-15, 2022. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/ress/2022.v31n2/e2021441/pt. Acesso em: 27 maio 2026.

SANTOS, G. J. P. A. Entre o saber e o agir: a insegurança docente diante da violência sexual infantil. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 36, p. 1290-1290, 2025. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/1290. Acesso em: 27 maio 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

SARTORI, L. R. M. *et al.* Notificações de violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência praticadas contra crianças no Brasil, 2011-2019: estudo ecológico de série temporal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 32, n. 3, p. 1-14, 2023. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/ress/2023.v32n3/e2023246/pt. Acesso em: 27 maio 2026.

SILVA, A. P. R.; MARTINS, C. A. O papel da docência na abordagem da sexualidade infantil. **Caderno Intersaberes**, v. 13, n. 49, p. 57-72, 2024. Disponível em: https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/3316. Acesso em: 27 maio 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.